

**A TAXA DE  
HOMICÍDIO EXPLICA A  
ESCOLHA DO  
ELEITOR?**

DOES THE HOMICIDE RATE  
EXPLAIN THE CHOICE OF THE  
ELECTOR?

LA TASA DE HOMICIDIO EXPLICA  
LA ELECCIÓN DEL ELEITOR?

**Adriano Oliveira**<sup>1</sup>  
**Flávia Barros Souza**<sup>2, 3</sup>

**RESUMO**

*Taxas de homicídios explicam o desempenho eleitoral de governadores candidatos à reeleição?* Este trabalho analisa a relação entre as taxas de homicídios e a reeleição de governadores no Brasil no período de 1998 a 2014. A pesquisa toma como premissas a compreensão das escolhas do eleitor a partir da racionalidade de suas ações e suas emoções, considerando que o mesmo está inserido num determinado contexto e percorre uma trajetória eleitoral. A pesquisa trabalha com a hipótese de que quanto maior a taxa de homicídio no Estado, menor o número de governadores reeleitos durante o período. Utilizamos da estatística descritiva para apresentar os dados e testes estatísticos para comprovar a hipótese apresentada.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de diversos livros sobre eleições, dentre os quais *Eleições não são para principiantes: interpretando eventos eleitorais no Brasil*, Editora Juruá, 2014. E-mail: [adrianopolitica@uol.com.br](mailto:adrianopolitica@uol.com.br)

<sup>2</sup> Graduada em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [adrianopolitica@uol.com.br](mailto:adrianopolitica@uol.com.br)

<sup>3</sup> Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Ciência Política. Av. Prof. Moraes Rego, 1235. Cidade Universitária, CEP: 50670-901, Recife-PE, Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamento do eleitor, taxa de homicídio, reeleição.

### **ABSTRACT**

Do Homicide Rates Explain the Electoral Performance of Reelection Governors? This study analyzes the relationship between homicide rates and reelection of governors in Brazil from 1998 to 2014. The research assumes the understanding of voters' choices based on the rationality of their actions and their emotions, considering that the same is inserted in a specific context and goes through an electoral trajectory. The research works with the hypothesis that the higher the homicide rate in the State, the lower the number of governors reelected during the period. We used the descriptive statistics to present the data and statistical tests to prove the hypothesis presented.

**KEYWORDS:** Voter behavior, homicide rate, reelection.

### **RESUMEN**

¿Las tasas de homicidios explican el desempeño electoral de gobernadores candidatos a la reelección? Este trabajo analiza la relación entre las tasas de homicidios y la reelección de gobernadores en Brasil en el período de 1998 a 2014. La investigación toma como premisas la comprensión de las elecciones del elector a partir de la racionalidad de sus acciones y sus emociones, considerando que el mismo, se inserta en un determinado contexto y recorre una trayectoria electoral. La investigación trabaja con la hipótesis de que cuanto mayor es la tasa de homicidio en el Estado, menor el número de gobernadores reelegidos durante el período. Utilizamos la estadística descriptiva para presentar los datos y pruebas estadísticas para comprobar la hipótesis presentada.

**PALABRAS CLAVE:** Comportamiento del elector, tasa de homicidio, reelección.

Recebido em: 29.08.2018. Aceito em: 01.11.2018. Publicado em: 14.01.2019.

## Introdução

Este artigo tem o objetivo de responder a seguinte indagação: *Taxas de homicídios explicam o desempenho eleitoral de governadores candidatos à reeleição?* Desde 1998 a reeleição existe no Brasil para cargos executivos. Até o ano de 2014, 5 eleições ocorreram para os governos estaduais. Neste período, a taxa de homicídios cresceu em diversas regiões do Brasil. Diante disto, é importante que se observe a relação entre taxa de homicídios e sucesso eleitoral dos incumbentes no período de 1998 a 2014.

A hipótese deste artigo é: quanto maior a taxa de homicídio no Estado, menor o número de governadores reeleitos durante o período. A comprovação ou não desta hipótese dará condições de responderemos ao problema de pesquisa proposto.

Duas variáveis são analisadas. A variável independente é a Taxa de homicídio e a variável dependente é o desempenho eleitoral dos governadores. A taxa de homicídio foi extraída do Atlas da Violência. O desempenho dos competidores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Inicialmente, utilizamos da estatística descritiva para apresentar os dados. Em seguida realizados testes estatísticos para comprovar a hipótese apresentada.

Oliveira, Gadelha e Costa (2017) mostraram que existe associação entre o julgamento dos eleitores sobre a administração do prefeito e a demanda por segurança. Eles concluem que ações a favor da segurança pública contribuem para a aprovação da gestão. Neste caso os autores destacam algo fundamental: *é "necessário identificar a responsabilidade que os eleitores atribuem para o atendimento das demandas"* (OLIVEIRA, GADELHA, COSTA, 2017, p. 23). Esta conclusão influenciou a construção deste artigo.

Inicialmente, desenvolvemos o esboço teórico do artigo. Através dela torna-se perceptível a importância desta pesquisa. Em seguida, desenvolvemos a

análise de dados. Nesta parte, os dados de homicídios e sucesso eleitoral dos governadores são apresentados. E em seguida testamos a hipótese apresentada. Por fim, apresentamos a conclusão do artigo.

Ressaltamos que este trabalho não tem o objetivo de fazer uma ampla revisão bibliográfica sobre o comportamento do eleitor. Ela é importante e necessária para evidenciar que este artigo tem importância e objetivos claros para serem contemplados. Frisamos ainda que os objetivos principais deste artigo são: Evidenciar se a taxa de homicídio explica ou não a escolha do eleitor e incentivar nova pesquisa no âmbito da agenda segurança pública e comportamento eleitoral.

### **O comportamento do eleitor: Uma reflexão teórica**

Candidatos e eleitores interagem percorrendo uma trajetória eleitoral que acaba no dia da eleição. Os competidores procuram conquistar o eleitor para conseguir seu voto e obter sucesso eleitoral. Logo, nesta trajetória, os eleitores se deparam com diversas escolhas, as quais podem ser construídas, consolidadas ou modificadas ao longo do percurso, influenciados por atalhos informativos, estratégias de campanhas, emoções e interferência de acasos (OLIVEIRA, 2014).

Portanto, o comportamento do eleitor e as razões de suas escolhas devem ser compreendidos a partir da racionalidade de suas ações e suas emoções, considerando que o eleitor está inserido num determinado contexto, e está sujeito a uma narrativa, durante a qual podem ocorrer eventos provocativos de mudanças do comportamento dos atores (IDEM, 2014).

Neste sentido, é possível perceber que podem existir várias causas que motivam a decisão do voto dos indivíduos. Diversos autores trouxeram contribuições importantes na elucidação das escolhas do eleitor e o sucesso do candidato, e algumas delas serão apresentadas adiante.

De acordo com Oliveira (IBIDEM), as escolhas dos indivíduos são representantes de suas ações. Dessa forma, pode-se identificar que a escolha do eleitor tem um caráter sociológico. Para Weber (2010[1997]), *ação* consiste num comportamento humano no qual o agente atribui à sua conduta um sentido. A *ação social*, por sua vez, é quando o sentido atribuído pelo ator se relaciona com o comportamento de outros agentes.

A escolha do eleitor pode ser condicionada em função do ambiente em que vivem e das interações sociais com os demais indivíduos, como mostra outra dimensão dos estudos sobre comportamento dos eleitores, a dimensão psicológica, destacada pelo modelo de Michigan. Segundo ele, a convivência dos indivíduos em ambientes sociais, como o familiar, estimula o interesse dos indivíduos sobre a política, pois estes adquiririam atitudes que estruturam suas personalidades. Sendo assim, o comportamento é função do ambiente social. Assim como na sociologia, esse modelo considera as interações sociais como condicionantes das escolhas. (FIGUEIREDO, 1991 apud OLIVEIRA, 2014; CRUZ, 2011).

A Teoria da Escolha Racional, por sua vez, traz a dimensão da racionalidade. Sendo a racionalidade uma premissa teórica que dá condição para explicar o comportamento dos atores políticos. A escolha racional permite aproximar os aspectos teóricos aos estudos empíricos, isto é, entender as influências das variáveis explicativas do voto sugeridas pelas pesquisas empíricas (OLIVEIRA, 2014, p. 52; CAMPOS, BORSANI, AZEVEDO, 2016, p. 102).

Downs (1999) traz em sua teoria econômica da democracia a abordagem da racionalidade para compreensão do desempenho dos representantes em função das escolhas dos eleitores.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p478>

Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. (DOWNS, 1999, p. 28).

Na abordagem *downsiana*, pressupõe-se que o objetivo das eleições é selecionar o governo. Os indivíduos são egoístas, suas preferências são por políticas que vão maximizar seus próprios benefícios, portanto procuram selecionar um governo que adote políticas mais próximas de seus interesses. Então, para alcançar seus objetivos, o eleitor age intencionalmente buscando otimizar seus ganhos, e minimizar suas perdas, de acordo com o direcionamento de seu voto (DOWNS, 1999).

Assim, a escolha racional considera que o comportamento do eleitor é uma função estratégica e instrumental. O indivíduo pondera os prós e contras das várias opções, hierarquizando suas preferências, e sua escolha é dirigida para a melhor alternativa, em favor da conquista ou manutenção de seus benefícios.

A escolha dos representantes, portanto, está em função das expectativas futuras do eleitor, isto é, dos ganhos esperados para o próximo governo com relação à situação em que vive hoje. Levando também em consideração as propostas do governo concorrente. Deste modo, a decisão do eleitor tem duas dimensões, uma prospectiva e outra retrospectiva.

Segundo Downs (1999), "*é mais racional que ele baseie sua decisão do voto nos eventos atuais do que simplesmente em eventos futuros*". Isto é, o voto

retrospectivo seria mais racional, pois leva em consideração aquilo que já é conhecido pelo eleitor. Pressupõe que o eleitor olhe para os resultados e não para as políticas e os eventos que os produziram (FIORINA, 1978).

O voto retrospectivo também pode ser considerado como um mecanismo de prestação de contas, pois julga a responsabilização dos representantes. Os eleitores definem parâmetros para avaliar o desempenho dos governantes, e o voto irá para aqueles que mais satisfaçam seus critérios (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 1999, p. 121).

Assim como para Figueiredo (1991 apud OLIVEIRA, 2014), a decisão do eleitor depende do grau de satisfação dele em relação ao desempenho dos governantes. Desse modo, pode-se perceber que a noção do voto retrospectivo inclui também a ideia de trajetória eleitoral. Novamente, a escolha do eleitor não é dada pontualmente, mas é construída, modificada ou consolidada durante a trajetória eleitoral.

Apesar das críticas contundentes à racionalidade dos eleitores, como a de que eles não possuem informações completas (SCHUMPETER, 1942; NEUMAN, 1986 apud LOURENÇO 2007; BAERT, 1997; CAMPOS, BORSANI, AZEVEDO, 2016), o eleitor é capaz sim de construir suas opiniões ao longo da trajetória.

As motivações para a escolha de determinado candidato é ponderada pelos eleitores, que fazem uso de *atalhos informativos*, fontes de informação como a mídia, para a construção do entendimento e conhecimento sobre a política. E são as campanhas eleitorais que apresentam estes atalhos (LOURENÇO, 2007; OLIVEIRA, 2014).

Para além da razão humana ainda é preciso destacar que os indivíduos também têm emoções, e que estas emoções se entrelaçam com a razão e também fazem parte do processo de decisão. Pimentel Júnior (2006) analisa o impacto das emoções no voto do eleitor brasileiro. A partir da Inteligência

Afetiva, ele demonstra que o comportamento dos eleitores é guiado por dois tipos de sistemas emocionais: (1) o sistema de *predisposição* – utilizado em situações de rotina; e o (2) sistema de *vigilância* – para situações inesperadas e de incerteza. O sistema de predisposição está associado ao entusiasmo, enquanto que o de vigilância está associado à ansiedade.

Pessoas mais entusiasmadas pelo governante tendem a decidir mais rápido em quem votar, enquanto as ansiosas decidem mais tarde. Além disso, fatores inesperados, ou de curto prazo, que podem gerar ansiedade nos eleitores comprometem a disposição dos mesmos em votarem no governante, além de poder fazê-los mudar o voto. (PIMENTEL JÚNIOR, 2006).

Em relação ao voto retrospectivo, Pimentel Júnior (2006) afirma que os eleitores não precisam estar conscientes das realizações do governo para compreender se a situação está melhor ou pior e nem verbalizar suas razões sobre isso, pois o comportamento pode ser uma intuição afetiva. Para ele, "*a avaliação retrospectiva não é puramente racional*" (PIMENTEL JÚNIOR, 2006, p. 528).

Sendo assim, para compreender a decisão do voto do eleitor e testar as hipóteses apresentadas, este trabalho se apoia na ideia de racionalidade, na qual os indivíduos se utilizam de atalhos informativos, e no voto retrospectivo. Levando em consideração também a influência da campanha eleitoral em si, o ambiente em que os indivíduos estão inseridos, as suas emoções, e que acontecimentos inesperados que podem vir a ocorrer também influenciam a decisão dos eleitores.

### **O homicídio explica a escolha do eleitor?**

A taxa de homicídio é uma variável importante para os estudos sobre o comportamento eleitoral. O país tem passado por circunstâncias em que

apresentam em geral elevados e progressivos indicadores de violência ao longo dos anos. Considerando que o eleitor é racional e consegue distinguir se houve melhora ou piora de seu bem estar, certamente este eleitor deve considerar a situação de insegurança de seu estado como importante. Mas este fator importa para a avaliação do eleitor sobre o desempenho de seus governantes?

### **A análise dos dados**

A análise foi feita com dados eleitorais e indicador de homicídios coletados dos anos de 1998 a 2014. Correspondendo ao ano em que ocorreram as primeiras disputas à reeleição, desde que foi promulgada em junho de 1997, até as eleições estaduais mais recentes. Compreendendo um total de cinco eleições no período.

Os métodos aplicados foram o de análise descritiva dos dados e teste de comparação de médias. A análise descritiva fornece uma sumarização das observações, enquanto que o teste de médias permite avaliar quantitativamente a hipótese.

As variáveis utilizadas foram “taxa de homicídio”, “situação do incumbente” e “taxa de reeleição”. A taxa de homicídio representa o número de homicídios por cem mil habitantes. As taxas foram coletadas através do Atlas da Violência<sup>4</sup>, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Já a situação do incumbente é uma variável categórica. Para a criação desta variável foram coletados os dados dos resultados das eleições anteriores pelo Tribunal Superior Eleitoral<sup>5</sup> (TSE). Também foi necessária a consulta online sobre

---

<sup>4</sup> <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

<sup>5</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

as eleições para identificar quais candidatos concorreram à reeleição, uma vez que o TSE não traz esta distinção no seu banco de dados. E assim, a situação do incumbente foi classificada em três categorias: (1) não concorreu à reeleição, (2) foi reeleito e (3) foi derrotado.

É importante salientar que o vice-governador em exercício do seu segundo mandato consecutivo que tenha substituído ou sucedido o titular seis meses antes do pleito poderá concorrer à reeleição para um único período subsequente, de acordo com o art. 14 § 5º da Constituição Federal<sup>6</sup>. Desse modo, também foram considerados incumbentes os vice-governadores que assumiram ao longo do mandato e se candidataram na eleição seguinte.

Por fim, a taxa de reeleição mede o sucesso dos representantes, sendo igual à divisão entre o número de candidatos reeleitos sobre o total dos que disputaram reeleição.

A primeira parte da análise é dedicada à descrição dos dados. A tabela 1 nos mostra que durante o período analisado, naqueles cinco anos de eleições aos governos estaduais houve um total de 135 disputas. Dentre elas, em cerca de 70% houve disputa à reeleição, das quais as vitórias representaram 45% e as derrotas 24%.

**Tabela 1 – Situação do incumbente**

<i>Incumbente</i>	<i>N Porcentagem</i>	
Não disputou reeleição	41	30,37
Derrotado	33	24,44

<sup>6</sup> “§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente”.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p478>

Reeleito	61	45,19
Total	135	100

Isto nos mostra que 45% das representações estaduais conseguiram se conservar no poder. A taxa de reeleição indica o desempenho daqueles que tentaram se conservar, neste caso, 45% dos 70% que disputaram à reeleição foram bem sucedidos, ou seja, a taxa de reeleição é 64% (ver tabela 2).

**Tabela 2 – Homicídio e desempenho dos governadores**

UF	Taxa de homicídio					Média	Disputas à reeleição	Taxa de reeleição (%)
	1998	2002	2006	2010	2014			
AC	21,4	25,73	23,01	22,49	29,36	24,4	2	100
AL	21,65	34,32	53,1	66,88	62,78	47,75	3	67
AM	21,19	17,32	21,11	31,06	32,01	24,54	4	100
AP	38,02	35,04	32,81	38,83	34,09	35,76	5	40

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p478>

BA	9,89	13,2	23,74	41,69	40,01	25,71	3	67
CE	13,49	18,88	21,81	31,8	52,31	27,66	3	67
DF	32,91	29,87	27,69	30,58	29,55	30,12	4	25
ES	57,85	51,35	50,86	50,98	41,42	50,49	2	50
GO	14,84	26,29	26,33	32,96	44,26	28,94	3	100
MA	5,19	10,44	15,67	23,1	35,94	18,07	3	100
MG	8,84	16,32	21,44	18,61	22,78	17,6	3	67
MS	33,57	31,95	29,72	26,79	26,72	29,75	2	100
MT	35,68	36,4	31,36	32,03	42,12	35,52	3	100
PA	13,42	18,47	29,15	46,45	42,68	30,03	3	67
PB	13,57	17,37	22,77	38,63	39,33	26,33	5	60
PE	58,79	54,37	52,6	39,48	36,19	48,29	4	50
PI	5,16	10,63	13,77	13,18	22,45	13,04	4	75
PR	17,55	23,13	29,83	34,33	26,89	26,35	3	100
RJ	55,35	56,61	47,48	35,44	34,74	45,92	3	67
RN	8,46	10,48	14,95	25,57	47	21,29	4	50
RO	38,71	42,95	37,44	34,95	33,06	37,42	5	40
RR	51,4	35,17	27,52	26,86	31,8	34,55	5	80
RS	15,45	18,37	18,09	19,5	24,31	19,14	4	0
SC	8,23	10,58	11,18	13,17	13,45	11,32	4	50
SE	10,39	30,12	29,24	32,69	49,42	30,37	4	75
SP	39,64	38,05	20,4	14,64	14,05	25,36	3	100
TO	11,65	14,08	17,19	23,64	25,45	18,4	3	34
<b>Brasil</b>	<b>24,53</b>	<b>26,94</b>	<b>27,79</b>	<b>31,35</b>	<b>34,6</b>	<b>29,04</b>	<b>94</b>	<b>64</b>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p478>

Pela tabela 2, acima, é constatado que a maioria dos estados apresentou crescimento das suas taxas de homicídio no período de 1998 a 2014. Mais especificamente, os cinco estados onde as taxas de homicídio tiveram maior crescimento no período observado foram: Maranhão (593%), Rio Grande do Norte (456%), Sergipe (376%), Piauí (335%), Bahia (305%). Não obstante, oito estados e o Distrito Federal apresentaram uma redução dos homicídios entre 2014 e 1998. Dentre os quais os cinco que apresentaram as maiores reduções foram: São Paulo (-65%), Pernambuco (-38%), Roraima (-38%), Rio de Janeiro (-37%) e Espírito Santo (-28%).

Os estados que apresentaram, em média, as taxas mais altas foram Espírito Santo, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Com exceção de Alagoas, os estados com as maiores médias também apresentaram redução das taxas de homicídio no período.

Também observamos a frequência das disputas à reeleição. Houve três disputas à reeleição em 44% dos estados; quatro disputas em 30% dos estados; 5 disputas em 15% dos estados; e 2 disputas à reeleição em 11% de todos os estados brasileiros.

A média nacional das taxas de homicídios observada nos anos eleitorais de 1998 a 2014 foi de 29,04 homicídios por 100 mil habitantes. Dentre os casos, o menor valor da taxa (5,16) ocorreu no Piauí na eleição de 1998. Nesta ocasião, o titular do cargo concorreu à reeleição e venceu. Já a maior taxa de homicídio registrada em ano de eleição foi em Alagoas, em 2010 (66,88). Ainda assim, o incumbente também ganhou a reeleição.

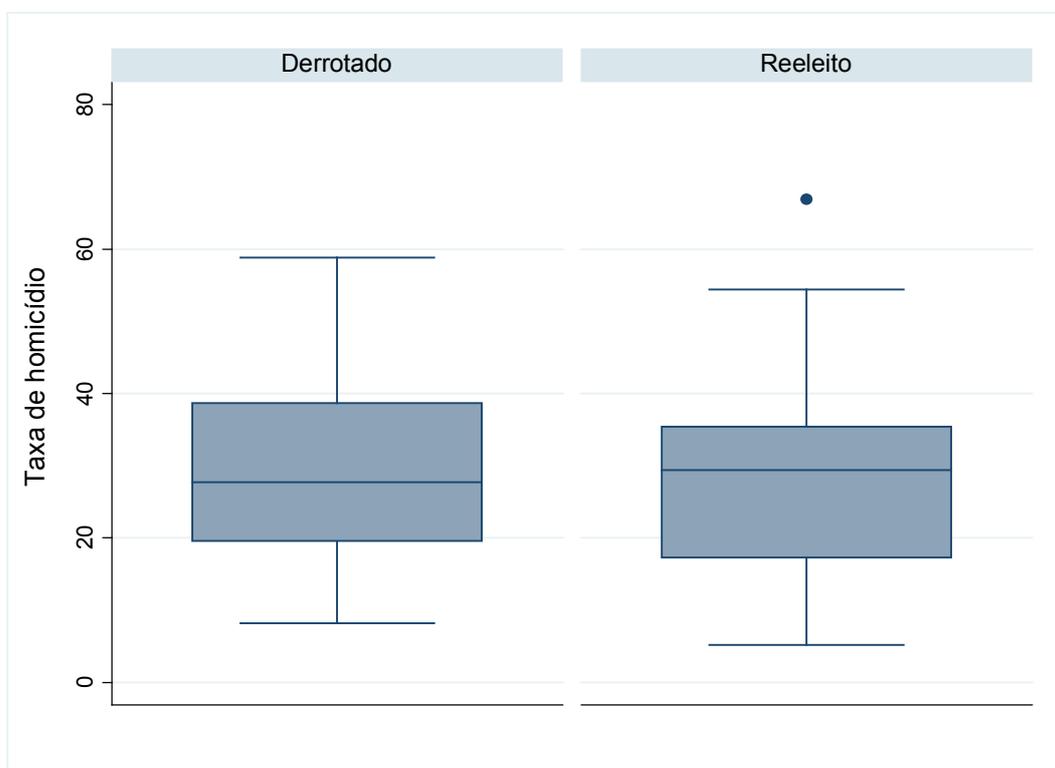
**Tabela 3 – Taxa de reeleição (% do total)**

<i>1998</i>	<i>2002</i>	<i>2006</i>	<i>2010</i>	<i>2014</i>	<i>Total</i>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------------

Total de disputas à reeleição	78	59	74	74	63	70
Reeleito	52	33	52	48	40	45
<b>Taxa de reeleição</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Pelo exame descritivo temos indícios de que a taxa de homicídio não afeta a taxa de reeleição de governadores, pois observamos o crescimento da primeira (ver tabela 2), enquanto que a segunda se manteve constante (ver tabela 3). Podemos também analisar e comparar pelo diagrama de caixas (ou *boxplot*) a variação da taxa de homicídio entre os grupos – derrotado e reeleito.

### Diagrama de caixas (boxplot)



Visualmente identificamos que a variação da taxa de homicídio entre os grupos é basicamente a mesma. Também constatamos a presença de um *outlier* dentre os reeleitos.

A seguir tem-se a análise do teste de médias das taxas de homicídio. A hipótese de pesquisa é de que altas taxas de homicídios diminuem as chances de reeleição dos governadores. Para que a hipótese possa ser corroborada é necessário que a diferença das médias seja estatisticamente significativa e que a média das taxas de homicídios dos incumbentes que foram derrotados seja maior do que a média das taxas dos incumbentes que foram reeleitos.

O teste t para amostras independentes compara a média das taxas de homicídio dos que foram derrotados com a média das taxas dos que foram reeleitos. A tabela 4 abaixo sumariza as estatísticas dos grupos e o quadro 1 exhibe o output do teste t para amostras independentes.

**Tabela 4 – Estatística dos grupos do teste de médias das taxas de homicídio**

<i>Incumbente</i>	<i>N</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio-padrão</i>	<i>Erro-padrão</i>
Derrotado	33	28,96	13,53	2,36
Reeleito	61	27,98	13,10	1,68

**Quadro 1 – Teste de amostras independentes**

	Teste de Levene para Igualdade de variâncias	Teste t para igualdade de médias
--	----------------------------------------------	----------------------------------

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p478>

		F	Sig.	t	df	Sig. (2- tailed)	Diferenç a das médias	Diferença do erro padrão	Intervalo de Confiança de 95%	
									Menor	Maior
Homicídio	Variâncias iguais assumidas	0,05	0,816	0,34	92,00	0,733	0,98	2,86	-4,71	6,67
	Variâncias iguais não assumidas			0,34	63,93	0,736	0,98	2,89	-4,80	6,76

Pelo teste de Levene para igualdade de variâncias, p-valor igual a 0,816, considera-se que as variâncias são iguais. Assumindo a igualdade de variâncias, o p-valor para o teste t de igualdade de médias é de 0,733 e não é estatisticamente significativo, portanto não é possível rejeitar a hipótese nula, logo não há diferença entre as médias das taxas de homicídio dos que foram derrotados e as dos que foram reeleitos. Sendo assim, não é possível afirmar que quanto maior a taxa de homicídio, menor será a taxa de reeleição.

Em outras palavras, não foi possível verificar que os homicídios afetaram, em geral, o desempenho dos governadores no período de 1998 a 2014. Como foi destacado anteriormente, apesar de ter havido um crescimento das taxas de homicídios na maioria dos estados, a taxa de reeleição permaneceu constante. Ademais, estatisticamente não há diferença entre a média das taxas de homicídios dos governadores que foram derrotados e a média dos que foram reeleitos.

## Conclusão

O Brasil tem apresentado ao decorrer dos anos aumentos progressivos dos indicadores de violência. A taxa de homicídio é uma variável importante para os estudos sobre o comportamento eleitoral, pois o aumento dos indicadores de violência representa um agravamento do bem estar geral, portanto podem produzir efeitos eleitorais, haja vista que o eleitor é racional e capaz de distinguir melhora ou piora de seu bem estar. Sendo assim, o eleitor pode, através do voto, punir os incumbentes como forma de responsabilização pelas elevadas taxas de violência.

Este trabalho se propôs analisar a taxa de homicídio como variável explicativa do desempenho de governadores candidatos a reeleição. Testamos as hipóteses de que as taxas de homicídios explicam a escolha do eleitor e que quanto maior a taxa de homicídio no Estado, menor o número de governadores reeleitos durante o período de 1998 a 2014.

Foram analisadas cinco eleições, correspondentes ao período de 1998 a 2014. A análise descritiva mostra que houve crescimento dos homicídios na maioria dos estados brasileiros, com destaque para os estados nordestinos, os quais apresentaram as maiores elevações. Apesar disso, o sucesso dos incumbentes no período foi positivo em sua maioria, com taxa de reeleição de 64%.

O teste de médias não identificou diferença entre a média da taxa de homicídio dos governadores que foram reeleitos e a média dos governadores que tentaram a reeleição e foram derrotados. Portanto, a escolha do eleitor no período não foi guiada pela situação das taxas de homicídio em seus estados, mesmo que a situação de violência no país tenha se agravado ao longo dos anos.

Existe, portanto, uma contradição entre as demandas por segurança pública e a responsabilização da administração dos governadores, considerando

que os eleitores prezam por segurança e que, pela Constituição, os governadores são os responsáveis pela segurança pública.

De modo geral, esta pesquisa contribui para os estudos de Ciência Política, pois apresenta elementos inéditos sobre o comportamento eleitoral. A pesquisa, portanto, abre caminho para novas indagações para entender as implicações eleitorais produzidas pela violência. Em que medida a violência afeta o comportamento dos eleitores?

Concluimos que as taxas de homicídio não reduziram o sucesso dos governadores candidatos à reeleição no período analisado. A análise mostra que embora a violência tenha se agravado, o desempenho dos incumbentes não fora afetado. Em geral, os candidatos saíram vitoriosos.

### Referências

AMARAL, O.; TANAKA, M. (2016). Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais do Brasil em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 22, n 3, 2016, p. 675-701. <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223675>> Acesso em 30 de junho de 2018.

BAERT, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12 n. 35. São Paulo, fevereiro de 1997. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005)> Acesso em 4 de julho de 2018.

CAMPOS, M.; BORSANI, H.; AZEVEDO, N. (2016). **Méritos e limites da teoria da escolha racional como ferramenta de interpretação do comportamento social e político**. Unisinos, 52, janeiro de 2016. < doi: 10.4013/csu.2016.52.1.12.>

CRUZ, P. A. (2011). Comportamento eleitoral: as determinantes do na eleição municipal de São Paulo em 2008. In: **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: interações e desafios, Belo Horizonte, maio de 2011.

DOWNS, A. (1999). **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p478>

FIORINA, M. (1978). Economic Retrospective Voting in American National Elections: A Micro-Analysis. **American Journal of Political Science**, Vol. 22, No. 2, 1978 , pp. 426-443 <<http://www.jstor.org/stable/2110623>> Acesso em 30 de junho de 2018.

LOURENÇO, L. C. (2007). **Abrindo a caixa-preta**: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. (1999 [2006]). **Eleições e representação**. Lua Nova, São Paulo, 67, p. 105-138, 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n67/a05n67.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2018.

OLIVEIRA, A. (Coord.) (2014). **Eleições não são para principiantes**: interpretando eventos eleitorais no Brasil. Curitiba: Juruá, 2014. 286 p.

OLIVEIRA, A; GADELHA, C; COSTA, S. (2017). A (in)segurança pública explica o julgamento dos eleitores? **Em Debate, Belo Horizonte**, v.9, n.1, p. 9-24, maio 2017. < <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/6-a-inseg-adriano1.pdf>> Acesso em 17 de maio de 2018.

OLIVEIRA, A; SANTOS, R. (2009). Boas administrações elegem candidatos? Uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 116-138, jul.- dez. 2009. < <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/10115/0>> Acesso em 18 de junho de 2018.

PIMENTEL JÚNIOR, J. (2010). Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.516-541.

WEBER, M (2010[1997]). **Conceitos sociológicos fundamentais**. Tradução de Artur Morão. Covilhão: Universidade da Beira Interior, LusoSofia, 2010. 110 p.